

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Trabalhista:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Carlos Minc, ao **Projeto de Lei nº 2648/2017**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça, nas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviço ao estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização, e dá outras providências”, **pela constitucionalidade**.

Meio Ambiente:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado André Lazaroni, ao **Projeto de Lei nº 3874/2018**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Cria Convênio de Cooperação Técnica entre Instituto Estadual do Ambiente – INEA e as entidades representantes das empresas despoluidoras do ambiente e gestoras de resíduos do estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade, com emendas, concluindo por substitutivo**.

Defesa do Consumidor:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Rafael Picciani, ao **Projeto de Lei nº 1700/2016**, de autoria da deputada Zeidan, que “Dispõe sobre os anúncios de produtos em sítios eletrônicos”, **pela constitucionalidade**.

Saúde:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 346/2017**, de autoria da então deputada Ana Paula Rechuan, que “Altera a lei nº 7.621, de 08 de junho de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares públicos e privados, conveniados ou não, a prestar atendimento emergencial e integral a pacientes com suspeita de infarto agudo do miocárdio, com supra desnivelamento do segmento S-T (IAM CSS-T) durante as primeiras 12 (doze) horas do início dos sintomas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **pela prejudicabilidade → em virtude da Lei que está sendo alterada que foi julgada inconstitucional, através da ADIN 003961-34.2017.8.19.0000, em 12/03/2018 perdendo-se o seu principal objeto**.

Educação:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 1447/2016**, de autoria da então deputada Ana Paula Rechuan, que “Dispõe sobre a docência em matemática, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade, com emendas**.

Segurança Pública:

APROVADO na **Comissão de Transportes** o **parecer favorável** do relator, deputado Marcelo Simão, ao **Projeto de Lei nº 2968/2017**, de autoria do deputado Átila Nunes, que “Dispõe sobre a autorização de uso de veículos apreendidos e não identificados pelas forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”.

Assuntos Tributários

APROVADO na **Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos** o **parecer contrário** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 1119/2015**, de autoria dos deputados Renato Cozzolino e Dr.Sadinoel, que ‘Dispõe sobre a inclusão de Magé e Itaboraí entre os municípios relacionados no inciso i do art. 2º da lei nº 6979/2015. (Tratamento tributário especial de caráter regional aplicado a estabelecimentos industriais), com voto em separado do deputado Gustavo Tutuca, favorável com as emendas da CCJ.

Indústria de Transporte Coletivo

APROVADO na **Comissão de Transportes** o **parecer contrário** do relator, deputado Marcelo Simão, ao **Projeto de Lei nº 2981/2014**, de autoria do então deputado Domingos Brazão, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de canos de descarga de vazão superior traseira pelos fabricantes, montadores de ônibus, micro-ônibus e caminhões a serem fabricados, circulem ou sejam colocados em circulação no estado do Rio de Janeiro”.

APROVADO na **Comissão de Transportes** o **parecer contrário** do relator, deputado Marcelo Simão, ao **Projeto de Lei nº 2462/2017**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que “Estabelece o ônibus lilás, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”.

Interesse Geral:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Rafael Picciani, ao **Projeto de Lei nº 2102/2016**, de autoria da deputada Zeidan, que “Torna obrigatória, em todos os supermercados, hipermercados, shoppings centers e congêneres, a adaptação de 5% (cinco por cento) dos carrinhos de compras às crianças com deficiência ou mobilidade reduzida”, pela anexação – este foi anexado ao PL 1452/16, de autoria do deputado Tio Carlos por se tratarem de matérias correlatas.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Rafael Picciani, ao **Projeto de Lei nº 2913/2017**, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que “Determina prédios comerciais público e privado disponibilizar ascensorista para operar elevadores com quadro de comando eletrônico modernizado, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **pela inconstitucionalidade** – matéria da competência da União / Município.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 3549/2017**, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que “Institui no âmbito do estado do Rio de Janeiro, o segundo domingo de maio como feriado estadual”, **pela juridicidade**. Com voto contrário pela injuridicidade, voto em separado do relator.

Requerimento de urgência:

A deputada Cidinha Campos **requereu urgência** na tramitação do **Projeto de Lei nº 3880/2018**, de sua autoria e do deputado Luiz Paulo, que “Obriga as concessionárias de serviços públicos essenciais a informar em tempo real sobre interrupção de seus serviços”. Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

A deputada Martha Rocha, autora do **Projeto de Lei nº 3804/2018**, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam telefonia móvel (telefones celulares), bem como outros aparelhos eletrônicos que possuam IMEI (identificação internacional de equipamento móvel) estabelecidos no estado do rio de janeiro, a registrar o crime de roubo ou furto, imediatamente, na delegacia de polícia”, **requereu urgência** na tramitação do PL. Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

Projeto de Lei que se encontram na pauta da
Comissão De Constituição E Justiça
Dia: 25/04/18 – hora: 13:00, Local: Sala 311

Relator: Deputado André Lazaroni

- **PL 2684/2017**, deputado Gustavo Tutuca - Cria o Fundo Especial de Custeio De Pericias - FEP, vinculado à Secretaria De Segurança Pública;
- **PL 3957/2018**, deputada Daniele Guerreiro - Obriga todas as séries das unidades escolares, públicas e privadas, do ensino fundamental e médio, do sistema estadual de educação do Rio de Janeiro, disponibilizar cartilha sobre nanismo para os discentes;

Relator: Deputado Chiquinho da Mangueira

- **Emendas de plenário ao PL 363/2015**, Deputado dr. Julianelli - Autoriza o poder Executivo Estadual a firmar cooperação técnica e financeira com as prefeituras fluminenses com vistas a promover o financiamento dos Programas Municipais De Coleta Seletiva (PMCS), prioritariamente através da participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores(as) de materiais reutilizáveis ou recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- **PL 2033/2016**, Deputado Flávio Serafini - Estabelece os conceitos e princípios destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais;
- **PL 3263/2017**, Deputados Gilberto Palmares, Waldeck Carneiro e Zeidan - Manutenção de parte da frota e a redução da tarifa de transporte público de passageiros nos finais de semana e feriados;

Relator: Deputado Carlos Minc

- **PL 2422/2017**, Deputado Tio Carlos - Cria o Programa Caminho Certo para a reinserção dos dependentes químicos no mercado de trabalho, na forma que menciona, no âmbito do estado do Rio de Janeiro;

- **PL 2752/2017**, Deputada Martha Rocha - Obriga as empresas de grande porte do estado do Rio de Janeiro, que possuam em seus quadros 60% (sessenta por cento) ou mais de funcionários do sexo masculino, a oferecerem, anualmente, palestra sobre o tema violência doméstica;

Relator: Deputado Gustavo Tutuca

- **Emendas de plenário ao PL 2746/2014**, dos Deputados Gilberto Palmares, Luiz Martins e Zaqueu Teixeira - Torna obrigatório o envio cópia do contrato de adesão aos consumidores, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento – AR;

- **PL 1717/2016**, Deputado Paulo Ramos - Institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual;

Relator: Deputado Rafael Picciani

- **PL 1269/2015**, do Deputado Marcos Muller - Exibição de esclarecimentos, em forma de campanha publicitária, sobre os malefícios do uso de drogas ilícitas e prejuízos relativos ao abuso drogas lícitas, nas salas de cinema e similares em todo o estado Rio de Janeiro;

Projetos de Lei que se encontram na pauta da
Comissão De Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira E Controle
Dia: 24/04/18 – Hora: 13:00 – Local Sala 316

Relator: Deputado Luiz Martins

- **PL 11/2015**, Deputado Paulo Ramos - Institui o programa de coleta seletiva com a participação das escolas das redes pública e privada;

Relator: Deputado Comte Bittencourt

- **PL 1179/2015**, Deputados Márcia Jeovani e Carlos Minc - Institui a política estadual de incentivo à economia criativa;

- **PL 1427/2016**, Deputado Wagner Montes - Dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro;

- **PL 1954/2016**, Deputado Rosenverg Reis - Torna a varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações;

- **PL 3028/2017**, Deputado Figueiredo - Altera a lei nº 6275, de 28 de junho de 2012, que institui a política estadual de fomento ao voluntariado transformador;

Relator: Deputado Comte Bittencourt

- **PL 1339/2015**, Deputado Márcio Canella e Waguinho - Institui a campanha estadual antitabagismo nas escolas públicas e privadas do Estado Rio de Janeiro;

Relator: Deputado Luiz Paulo

- **PL 44/2015**, Deputado Bruno Dauaire - Autoriza o poder executivo a reduzir a alíquota do ICMS (Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços), de materiais e equipamentos destinados à instalação de sistemas de captação de água de chuva no estado do Rio de Janeiro;

- **PL 2304/2016**, Deputado Fabio Silva - Ampliação da operação segurança presente;

Relator: Deputado Rafael Piciani

- **PL 234/2011**, Deputado Edson Albertassi - Dá nova redação ao caput do artigo 7º da lei nº 5.636/10, com o objetivo de incluir o Distrito Industrial De Nova Friburgo, que dispõe a lei sobre a política de recuperação industrial regionalizada do estado do Rio de Janeiro;

- **PL 310/2015**, Deputado Zito - Isenção do Imposto Sobre A Circulação De Mercadorias - ICMS, cobrado no âmbito do estado do Rio de Janeiro nos casos que especifica;

- **PL 703/2015**, Deputado Geraldo pudim - Obrigatoriedade de fornecimento de protetor solar para todos os funcionários de empresas públicas ou privadas, que trabalhem expostos à radiação solar no estado do Rio de Janeiro;

- **PL 1581/2016**, Deputado Luiz Paulo - Acrescenta dispositivo na Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996” (parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual E Intermunicipal e de Comunicação - ICMS será recolhida ao tesouro estadual, em conta vinculada à Subsecretaria de Estado de Receita)

Relator: Deputado Gustavo Tutuca

- **PL 2832/2017**, Deputado André Ceciliano - Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica”

DELIBERAÇÃO:

Audiência pública e debate sobre o Projeto de Lei nº 3993/2018, do poder executivo, que “dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei do orçamento anual de 2019”

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária do dia:
17/04/2018

DISCUSSÃO ÚNICA

RETIRADO DE PAUTA o **Projeto de Lei nº 261/2016**, de autoria do Poder Executivo, que “Estabelece procedimentos para que o auditor fiscal da receita estadual desconsidere atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária e revoga o artigo 75-A da Lei nº 2657/1996” – **análise das 32 emendas.**

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/8b2beae5981b133f83257e2100603058?OpenDocument>

Projetos de Lei que não foram deliberados por falta de quórum, a saber:

2ª discussão:

- **PL 603-A/2015**, autor Deputado Milton Rangel - Obriga que todos os veículos destinados aos transportes de passageiros com mais de vinte lugares sejam rastreados via satélite e monitorados remotamente e dá outras providências.

- **PL 2806/2017**, autor Deputado Zito - Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em todos os estabelecimentos que vendam aparelhos celulares e similares no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

1ª discussão:

- **PL 2172/2016**, autor Deputado Nivaldo Mulim - Altera a Lei nº 3.325 de 17 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental e complementa a lei federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

- **PL 2126/2013**, autor Deputado Paulo Ramos – Proíbe empresas e estabelecimentos comerciais que disponibilizam atendimento telefônico gratuito – 0800 – de recusarem e bloquearem ligações de celulares.

- **PL 301/2015**, autor Deputado Carlos Minc – Destina ao menos 1% (hum por cento) do valor dos Termos De Ajustamento De Conduta – TAC a serem aplicados na área de saúde ambiental”.

APROVADO, pelas Comissões Técnicas¹ o **Projeto de Lei nº 1125/2015**, de autoria do deputado Filipe Soares, que “Dispõe sobre a implantação de painéis solares fotovoltaicos nos hospitais próprios estaduais do Rio de Janeiro”, todas emitiram pareceres (orais) favorável ao PL. O PL **recebeu 1 emenda** e retorna às Comissões.

Link para acessar a emenda.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/1794595c1450800e8325827300699549?OpenDocument>

APROVADO, pelas Comissões Técnicas² o **Projeto de Lei nº 2100/2016**, de autoria do deputado Milton Rangel, que “Dispõe sobre o descarte de embalagens de medicamentos vazias ou vencidas no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”, todas emitiram pareceres (orais), favorável ao PL. O PL **recebeu 3 emendas** e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar a emenda.

¹ Comissões Técnicas → Constituição e Justiça → Minas e Energia → Saúde → e de Orçamento.

² Comissões Técnicas → Constituição e Justiça → Saúde → Meio Ambiente → Economia → e de Orçamento.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/25d41c0d2ff82e0a832582730069ca90?OpenDocument>

APROVADO pelas Comissões Técnicas³ o **Projeto de Lei nº 3369/2017**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada, permitir a entrada e permanência de enfermeiras obstétricas autônomas, sempre que solicitadas pela mulher, durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no estado do rio de janeiro, e dá outras providências”. O PL **recebeu 15 emendas** retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar a emenda.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/797b226d3a15c13e83258273006a4d94?OpenDocument>

Sessão Plenária do dia:
18/04/2018

2ª discussão:

APROVADA a redação do vencido do Projeto de Lei nº 973-A/2015, de autoria dos deputados Carlos Macedo e Luiz Paulo, que “Dispõe sobre o abastecimento com Gás Natural Veicular – GNV nos postos de estado do Rio de Janeiro”. **Vai autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado à autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/59d67f958156b0e583258273006a4dac?OpenDocument>

APROVADA a redação do vencido do Projeto de Lei nº 2094-A/2016, de autoria da então deputada Ana Paula Rechuan, que “Autoriza o Poder Executivo a estender o prazo do laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica (LME), no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado à autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/9145db3474a880ef83258273006d5fce?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 3470/2017, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Classifica o município de Pirai como município de interesse turístico”. **Vai a autógrafo.**

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO, com emenda, o Projeto de Lei nº 2365/2013, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Dispõe sobre a responsabilidade das empresas por defeitos e vícios da execução de obras e dá outras providências”. **Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

³ Comissões Técnicas → Constituição e Justiça → Saúde → Trabalho → Direitos da Mulher → e de Orçamento.

Sessão Plenária do dia:
19/04/2018**2ª DISCUSSÃO:**

APROVADO o Projeto de Lei nº 1456-A/2016, de autoria do deputado Marcus Vinícius, que “Dispõe sobre o uso prioritário de canudos e copos reutilizáveis ou fabricados com produtos biodegradáveis pelos estabelecimentos comerciais, na forma que menciona”. **Vai a autógrafos.**

Link para acessar o texto encaminhado à autógrafa

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/4ef39f50b1c1b4458325827400692beb?OpenDocument>

Projetos de Lei que não foram deliberados por falta de quórum, a saber:

2ª DISCUSSÃO:

- **PL 2072-A/2016**, da deputada Martha Rocha – Declara a cidade DE Miracema como município de relevância agropecuária no estado do Rio de Janeiro.
- **PL 2966-A/2017**, do deputado Carlos Minc e outros – Política estadual de controle de armas.
- **PL 2790/2017**, da deputada Lucinha - Institui o selo fiscal de controle, obriga sua afixação em vasilhames de 20 (vinte), 15 (quinze) ou 10 (dez) litros acondicionadores de água mineral natural e água adicionada de sais

1ª DISCUSSÃO:

- **PL 2058/2016**, do deputado Dr. Julianelli – Selo empresa solidária com a vida
- **PL 2081/2016**, do deputado Wanderson Nogueira – Selo jovem

Obs: Os projetos que não foram deliberados, retornam à pauta da ordem do dia

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO:****AGORA É LEI:****Lei nº 7939 de 16 de abril de 2018**

Oriunda do PL 1814-A/2012

Autor: Deputado Luiz Martins

Dispõe sobre a instalação de painel com indicador de velocidade em todos os ônibus intermunicipais e dá outras providências (DO-I de 17/04/18)

Lei nº 7940 de 17 de abril de 2018

Oriunda do PL 3872/2018

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a garantia da União, e dá outras providências. (DO-I de 18/04/18). → Sancionado com veto parcial. Dispositivo vetado artigo 8º.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:**Ato do Governador:****DECRETO Nº 46.282 DE 17 DE ABRIL DE 2018**

Considera facultativo o ponto nas repartições públicas estaduais no dia 30 de abril de 2018, segunda-feira e dá outras providências. (DO-I de 18/04/18).

DECRETO Nº 46.284 DE 18 DE ABRIL DE 2018Altera o decreto nº 40.744, de 25 de abril de 2007, que dispõe sobre a organização, competência e funcionamento do Conselho Estadual De Meio Ambiente - **CONEMA**. (DO-I de 19/04/18).**Ato do Secretário de Estado:****Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento****Resolução SEFAZ nº 244 de 18 de abril de 2018.**

Institui a Política de Segurança da Informação da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento. (DO-I de 20/4/18).

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

CPI DESTINADA A INVESTIGAR IRREGULARIDADES DA GESTÃO PÚBLICA NO SETOR DE TRANSPORTES E APURAÇÃO DAS PERDAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTES DESTA ATUAÇÃO.

Dia: 25-abril-2018

Hora: 09h30min.

Local: Sala 311 do Palácio Tiradentes

Tema: Investimentos e qualidade dos serviços prestados pelo Metrô Rio.

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. **Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.**